

**ATA DA 66ª REUNIÃO DA
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS,
REALIZADA EM BRASÍLIA - DF**

DATA: 14 e 15/09/2004

PARTICIPANTES:

Ministério do Meio Ambiente - SRH: Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)
Ministério da Justiça: Byron Prestes Costa (byron.costa@mj.gov.br)
Ministério da Integração Nacional: Fernando Cabral (fernando.cabral@integracao.gov.br)
Ministério das Cidades: Valdemar Ferreira de Araújo (valdemar.araujo@cidades.gov.br)
Ministério do Meio Ambiente - ANA: Ademar Passos Veiga (veiga@ana.gov.br)
Ministério de Minas e Energia: (ausência)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – São Paulo/Rio de Janeiro: Maurício Lenzi Brandão (mlbrandao@sp.gov.br)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Piauí/Sergipe: Jessé Cláudio de Lima Costa (srh-depc@prodase.com.br)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Minas Gerais/Espírito Santo: Alberto Simon Schwartzman (alberto@igam.mg.gov.br)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Ceará/Bahia: Ana Cristina Monteiro Mascarenhas (crismascarenhas@semarh.ba.gov.br)
Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica: Sonáli Cavalcanti Oliveira (sonáli@chesf.gov.br)
Indústrias: Maria Cristina Yuan (crisyuan@ibs.org.br)
Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: Jackson de Araújo Reis (jackson@ctrq.com.br)
Comitês: Suraya Modaelli (bpp@daee.sp.gov.br)
Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Donizete José Tokarski (donizete@ecodata.org.br)
Organizações não governamentais: Wilson de Azevedo Filho (wil.filho@terra.com.br)
Organizações técnicas e de ensino e pesquisa: Anna Virgínia Machado (astec@abes-dn.org.br)

CONVIDADOS:

Ana Paula Cattini Braga Sampaio – ANA (ana.cattini@ana.gov.br)
Andréa Carestiatto Costa – Instituto Ipanema (acarestiatto@uol.com)
Carlos Eduardo Nascimento Alencastre – CBH-Pardo – DAEE (comitepardo@serhs.sp.gov.br)
Décio Michellis Jr. – Grupo Rede (decio.michellis@gruporede.com.br)
Eduardo Costa Carvalho – ANA (eduardo.carvalho@ana.gov.br)
Eliseu Itiro Ayabe – CERH-SP (eayabe@sp.gov.br)
Elizabeth Costa de Oliveira – CEDAE-RJ (elizabetholiveira@cedae-rj.com.br)
Gabriela Pereira Albuquerque – Ecodata (grenah@hotmail.com)
Gualter Carvalho Mendes – MME (gualtermendes@mme.gov.br)
Ivanildo Hespanhol – USP (ivanhes@usp.br)
Jairo dos Santos Lousa – CNA (jairolousa@yahoo.com.br)
João Marcelo Lopes Siqueira – FUNASA/Min. Saúde (joao.m.siqueira@funasa.gov.br)
José Cupertino Tenório Netto – ABINAM (jc-tenorio@uol.com.br)
Leonardo Peres Araújo Piau – ANA (leoperes@ana.gov.br)
Liliane Cristina Flores – SRH/MMA (liliane.flores@mma.gov.br)
Patrícia Helena Gambogi Boson – CNI/IBRAM (tita@em.net.com.br)
Paulo Breno de Moraes Silveira – ANA (paulobreno@ana.gov.br)
Paulo Teixeira de Castro – IBAMA (paulo.castro@ibama.gov.br)
Rogério Barion – SRH/MMA (rogerio.barion@mma.gov.br)
Ulysses Gusman Jr. – ANA (gusmanjr@ana.gov.br)
Valter Otaviano Jr. – CONJUR/MMA
Virgínia Rodrigues Medeiros – ANA (vvrodrigues@hotmail.com)
Wagner Martins da Cunha Vilella – SRH/MMA (wagner.vilella@mma.gov.br)

RELATOR:

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

DATA: 14/09/2004

Início: 9h50

Término: 18h35

Às nove horas e cinquenta minutos do dia quatorze de setembro de 2004, no miniauditório do 4º andar do Edifício da CODEVASF, situado no SGAN 601, Brasília/DF, iniciou-se a 66ª reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL, para tratar da pauta conforme **Anexo I**. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA), Presidente da CTIL, declarou abertos os trabalhos e deu boas vindas a todos. Informou sobre mensagem eletrônica enviada pelo Sr. Carlos Eduardo Alencastre (Comitês), **Anexo II**, propondo a análise no âmbito da CTIL, nas suas interfaces com a Política Nacional de Recursos Hídricos, do

anteprojeto de lei – APL que institui as diretrizes para os serviços públicos de saneamento básico e a Política Nacional de Saneamento Ambiental, em debate no âmbito do Ministério das Cidades. Com a palavra, o Sr. Carlos Eduardo Alencastre (Comitês) apresentou o tema, encaminhando a solicitação acima descrita e destacando o prazo já encerrado para envio de contribuições ao APL. O Sr. Valdemar Araújo (Min. Cidades) sugeriu um convite ao Sr. Marcos Montenegro (Min. Cidades) para apresentação sobre o documento na próxima reunião da CTIL. Destacou dois aspectos importantes trazidos na proposta: a previsão da operação integrada do sistema de saneamento por consórcios de municípios, além da obrigatoriedade da transparência para a definição dos critérios para os subsídios cruzados. Informou ainda que o Conselho Nacional de Saúde havia feito moção de apoio à versão atual do APL. O Sr. Carlos Eduardo Alencastre (Comitês) disse que o anteprojeto não contemplaria a participação dos comitês de bacia e que, pela sua envergadura, o documento deveria ter sido trazido para debate no CNRH, em suas interfaces com a política de recursos hídricos. A Sra. Anna Virgínia Machado (Organizações técnicas e de ensino e pesquisa) disse que o APL seria interessante e detalhado e que, portanto, o agendamento de apenas uma apresentação não seria suficiente. Indicou que o documento trazia poucas articulações com a política de recursos hídricos e que debates deveriam ocorrer no âmbito do CNRH, especialmente sobre drenagem e a articulação dos planos de saneamento com os de bacia. O Sr. Byron Costa (Min. Justiça) disse que havia acompanhado os estudos iniciais para a elaboração do APL e destacou sua evolução técnica. Entretanto, salientou a existência de entraves políticos referentes ao embate entre as companhias estaduais de saneamento e as possibilidades abertas aos municípios, acima explicitadas pelo Sr. Valdemar Araújo (Min. Cidades). Como encaminhamento do tema, foi solicitado ao Sr. Carlos Eduardo Alencastre (Comitês) e à Sra. Anna Virgínia Machado (Organizações técnicas e de ensino e pesquisa) que apontassem, para debate na próxima reunião, os artigos do APL que desconsiderassem ou modificassem aspectos da Política Nacional de Recursos Hídricos. Dessa forma, para a 68ª reunião, deverá ser convidado o Sr. Marcos Montenegro (Min. Cidades) para uma apresentação e debates sobre o APL. Passou-se então ao item 2 da pauta: aprovação da ata da 65ª reunião, o que ocorreu com as modificações solicitadas pela Sra. Cristina Yuan (Indústria), Sr. Ademar Veiga (ANA) e Sr. Donizete Tokarski (Consórcios). O Sr. Jessé Costa (CERH-SE) propôs que fosse feito, ainda nessa reunião, um novo debate sobre os PLs apensados ao PL nº 1.616, de 1999. Tendo em vista as dificuldades operacionais para início da apresentação prevista para o item 3 de pauta, passou-se ao seguinte, item 4: análise da regulamentação de aspectos da Lei nº 10.881, de 2004 (**Anexo III**). O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) lembrou do consenso obtido na reunião anterior da CTIL sobre a necessidade da regulamentação de aspectos da citada Lei, observadas as competências do CNRH. O Sr. Ademar Veiga (ANA) informou que possuía uma cópia da minuta de contrato de gestão entre a ANA e a entidade delegatária das funções de Agência de Bacia do CEIVAP - AGEVAP, para embasar as discussões iniciais. Prontificou-se a extrair aspectos relevantes deste texto, desde que fossem indicados os pontos considerados passíveis de regulamentação na Lei nº 10.881, de 2004. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) falou sobre a importância da definição de uma estrutura administrativa mínima para as entidades delegatárias, como subsídio para a análise da delegação de competências no âmbito do CNRH. Indicou, como ponto de partida, uma consulta ao estatuto da AGEVAP para extrair-se pontos relevantes da sua estruturação administrativa. Foi então criado um Grupo de Trabalho para consecução das tarefas propostas, com a seguinte composição: Sr. Ademar Veiga (ANA), como coordenador; Sr. Valter Otaviano Jr. (CONJUR/MMA); Sra. Maria Luiza Werneck (Indústria); Sr. Byron Costa (Min. Justiça); Sr. Luiz Cláudio Figueiredo (SRH/MMA). Ficou definida a seguinte forma de trabalho para os membros do GT: 1 – envio à Secretaria Executiva de sugestões sobre os pontos passíveis de regulamentação da Lei nº 10.881, de 2004; 2 – com base nos pontos identificados, o Sr. Ademar Veiga (ANA) extrairá a abordagem para o tema adotada no contrato de gestão ANA/AGEVAP; 3 – novo encaminhamento aos membros do GT. Os trabalhos do GT deverão ser apresentados na próxima reunião. O Sr. Wilson de Azevedo (ONGs) solicitou a divulgação da minuta de contrato de gestão e a Secretaria Executiva foi encarregada de fazê-lo. Partiu-se então para a abordagem do item 3 de pauta: continuidade da análise da proposta de resolução sobre reuso não potável de água (**Anexo IV**). Com a palavra, o Sr. João Marcelo Siqueira (Min. Saúde) fez um breve histórico da análise do assunto na reunião anterior da CTIL e distribuiu cópias dos documentos então prometidos: trecho do contrato da SABESP com a Prefeitura de Barueri de fornecimento de água de reuso (**Anexo V**); Lei DF nº 2.978, de 2002, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de recarga artificial de aquíferos (**Anexo VI**); licença prévia aprovando viabilidade ambiental de

um empreendimento, emitida pela SEMARH-DF, que obriga a adoção de dispositivo de coleta de águas pluviais com a finalidade de recarga de corpos hídricos (**Anexo VII**). Passou então a palavra ao Sr. Ivanildo Hespanhol (USP) para sua apresentação, que iniciou com uma contextualização da atividade de reuso de água não potável no país, alertando para a sua associação com a conservação da água. Disse que o Brasil teria uma situação privilegiada em termos de disponibilidade de água, embora desigualmente distribuída, o que reforçaria o seu uso inteligente via conservação e reuso. Teceu crítica a uma cultura de abundância que cultivaria desperdícios, assim como perdas nos sistemas de distribuição, domiciliares e industriais. Citou exemplos práticos de processos de conservação e reuso implementados. Prosseguiu historiando sobre a proposta de resolução e a pretensão de elaboração de deliberações específicas para cada tipo de reuso. Deu destaque ainda para a definição, no Estado de São Paulo, dos usos possíveis para as águas de reuso, conforme classes adotadas. Uma vez abertos os debates, a Sra. Cristina Yuan (Indústria) observou que a proposta de resolução não trazia um caráter de incentivo ao reuso, trazendo aspectos coercitivos, além de estabelecer atribuições a órgãos públicos. Disse que alguns dos procedimentos previstos fariam parte dos processos de licenciamento ambiental. Ressaltou ainda que as exigências trazidas precisariam ser bem estudadas, uma vez que poderiam implicar em custos. O Sr. Ivanildo Hespanhol (USP) disse que todas as proposições se dirigiam à água recuperada e comercializada pelas companhias de saneamento, não especificamente à indústria, que estaria sujeita apenas se se dispusesse a comercializar águas de reuso. O Sr. José Cupertino Tenório (ABINAM) solicitou registro da sua preocupação com o disposto no inc. VI, art. 3º, que classificaria como uma das modalidades de reuso a recarga de aquíferos de forma induzida. O Sr. Ivanildo Hespanhol (USP) ponderou que esta seria uma prática atualmente adotada, que não deveria ser feita sem um planejamento, sendo, entretanto, procedente a preocupação exposta. O Sr. João Marcelo Siqueira (Min. Saúde) disse que havia sido feita consulta sobre o tema à CT de Águas Subterrâneas. Lembrou dos documentos distribuídos como **Anexo VI e VII** desta ata, sobre a recarga de aquíferos com águas pluviais, reforçando a existência de casos práticos e, portanto, a necessidade da abordagem do tema. O Sr. Wilson de Azevedo (ONGs) externou sua preocupação com as possibilidades indiscriminadas de recarga, inclusive a descarga de efluentes. O Sr. Ivanildo Hespanhol (USP) opinou que estariam abrangidos somente grandes projetos, pelos próprios custos inerentes. O Sr. Jessé Costa (CERH-SE) alertou que as questões relativas a uma má gestão dos recursos hídricos, como a levantada pelo Sr. Wilson de Azevedo (ONGs), não deveriam ser contempladas, mas resolvidas na sua origem. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) ressaltou que a proposta de resolução deveria se ater aos controles sobre os efluentes e a água de entrada, sendo os processos internos de responsabilidade do usuário. O Sr. Jessé Costa (CERH-SE) ponderou que deveria haver duas propostas de resolução: uma específica para as companhias de saneamento; outra, visando incentivar a prática do reuso de uma forma mais abrangente, objetivando criar o fato reuso na gestão de recursos hídricos. A Sra. Cristina Yuan (Indústria) e o Sr. Carlos Eduardo Alencastre (Comitês) teceram comentários sobre as classes de enquadramento propostas para o reuso, que deveriam estar adequadas às propostas na Resolução CONAMA nº 20. A Sra. Cristina Yuan (Indústria) propôs a participação da CT de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - CTPOAR nos debates. O Sr. João Marcelo Siqueira (Min. Saúde) disse que a proposta de resolução não se ocupava de processos internos, que são classificados como reciclagem, sendo reuso a aquisição de água já utilizada para emprego em novo processo produtivo. Salientou que a coordenação do GT da CTCT a cargo do Ministério da Saúde evidenciaria preocupações também com os aspectos ligados à saúde, além da integração dos órgãos de meio ambiente, recursos hídricos e saúde. O Sr. Wilson de Azevedo (ONGs) alertou para a possibilidade de regulamentação de um mercado de venda de água de reuso. Por sua vez, a Sra. Sonáli Oliveira (Concessionárias de energia hidrelétrica) alertou para a necessidade de diferenciação entre águas residuárias e efluentes. Reforçou também a importância da integração da CTPOAR nos debates. O Sr. Maurício Andrés (ANA) questionou a necessidade de outorga para a comercialização de águas de reuso. Disse ainda que essa atividade de comercialização poderia caracterizar atividades de transposição de águas entre bacias. O Sr. João Marcelo Siqueira (Min. Saúde) indicou que essas informações deveriam constar em um processo de outorga. Opinou que o contrato da SABESP/Prefeitura de Barueri (**Anexo V**) evidenciaria um mercado de águas. O Sr. Ademir Veiga (ANA) observou que no art. 12 da Lei nº 9.433, de 1997, que discrimina os usos sujeitos a outorga, não estaria previsto o reuso. Disse que, uma vez configurada uma atividade de serviço, seria de competência do município. O Sr. Ivanildo Hespanhol (USP) observou que, sendo uma captação de água

sujeita a outorga, podendo o outorgado negocia-la para reuso de um novo usuário, cujo lançamento do efluente estará também sujeito a outorga, fica ainda mais evidenciada a necessidade de uma resolução regulamentando os aspectos do reuso. Como contraponto, o Sr. Valter Otaviano Jr. (CONJUR/MMA) ressaltou o caráter inalienável da água, estabelecido no art. 18 da Lei nº 9.433, de 1997. O Sr. Donizete Tokarski (Consórcios) ratificou a carência de definições, conforme identificado na reunião anterior, como a do termo produtor de água. A Sra. Cristina Yuan (Indústria) observou que a pretensão da proposta de resolução seria disciplinar uma atividade que não deveria ser considerada como consumo. O Sr. Maurício Andrés (ANA) ponderou que uma atividade de reuso deveria constar do respectivo processo de outorga. O Sr. João Marcelo Siqueira (Min. Saúde) disse que, se não há nenhum retorno da água captada, a cobrança pelo uso deveria incidir sobre 100%; indicou que os artigos 7º e 8º da resolução abordariam esta questão. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) disse que, com a premissa da água como um bem inalienável, qualquer forma de sua comercialização deveria estar regulamentada, assim como devidamente especificada no processo de outorga, como uma forma de controle. O Sr. Carlos Eduardo Alencastre (Comitês) observou que a elaboração do balanço hídrico de uma bacia ficaria prejudicada com a possibilidade de comercialização de água para reuso. O Sr. Wilson de Azevedo (ONGs) argumentou que o reuso deveria ser incentivado enquanto reciclagem para uso próprio, não visando a comercialização. Na ausência de consensos, os debates foram transferidos para o período da tarde, iniciando-se então a pausa para almoço, às 12h35. O retorno ocorreu às 14h50, quando o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA), em continuidade do item 3 da pauta, elencou os consensos até então obtidos: necessidade de uma resolução sobre reuso, motivada, inclusive, no que estaria ocorrendo na prática; existência de problemas externos, relacionados à exigência ou não de outorga para o reuso, e internos, relativos à concepção da atividade como reutilização ou reciclagem visando economia de uso; necessidade de adequação da classificação das águas de reuso com o estabelecido na Resolução CONAMA nº 20. Propôs então, como encaminhamento, que a proposta de resolução fosse debatida artigo por artigo, sob a ótica dos debates já ocorridos, identificando-se interfaces com outras CTs e contando com a participação de integrantes do GT da CTCT. Solicitou que fosse encaminhado a CTCT questionamento sobre a finalidade da resolução, ou mais objetivamente, qual seria a sua ementa. O Sr. João Marcelo Siqueira (Min. Saúde) esclareceu que a resolução se referia a água potável que se tornou não potável e sua utilização para o reuso direto. A Sra. Cristina Yuan (Indústria) destacou a importância de se esclarecer o propósito da resolução, ou seja, se ela se dirigiria ou não exclusivamente às companhias de abastecimento público de água, conforme citado anteriormente. E se assim o for, prosseguiu, caberia questionamento sobre as competências do CNRH para tanto. A Sra. Sonáli Oliveira (Concessionárias de energia hidrelétrica) reforçou as preocupações da Sra. Cristina Yuan (Indústria), destacando ainda que este tema já havia sido discutido quando do debate do PL nº 1.616. Observou que a ementa da proposta de resolução poderia ser extraída do último considerando do documento. Finalizando, fez dois questionamentos: se a questão não seria afeta ao CONAMA e sobre a criação da figura do distribuidor de água de reuso. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) disse que o primeiro usuário da água bruta deveria ter, em sua outorga, a especificação dos usos pretendidos, entre eles o reuso. Esclareceu que o objetivo da resolução deveria ser incentivar e regulamentar o reuso sob o ponto de vista do gerenciamento de recursos hídricos. Opinou que, uma vez identificadas sobreposições de competências, poderiam ser elaboradas moções de recomendação. O Sr. Ademir Veiga (ANA) concordou que a situação atual carecia de regulamentação, cabendo ainda uma reflexão da sobreposição de competências. O Sr. Valter Otaviano Jr. (CONJUR/MMA) propôs uma reflexão sobre o emprego do termo reuso. O Sr. Valdemar Araújo (Min. Cidades), reforçando, questionou se a resolução se referia a segundas utilizações da água ou pretendia regular um mercado de águas servidas. Opinou que as normas para a concessão de outorga deveriam ser mais rigorosas ou previrem tal possibilidade. O Sr. Rogério Barion (SRH/MMA), na condição de relator da CTCT, afirmou que a resolução não pretendia regulamentar um mercado de águas servidas. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) solicitou relato à CTCT sobre as preocupações levantadas nessas duas reuniões da CTIL, destacando a solicitação de definição da ementa da resolução, como um norte para as discussões. Foi definido que o assunto será pautado para a próxima reunião, com convite para os integrantes do GT da CTCT, para debate artigo por artigo, quando então temas específicos poderão ser encaminhados para outras CTs. Passou-se então ao item 5 da pauta: relato das atividades do GT na análise de proposta de criação de Câmara Técnica do CNRH sobre a integração da gestão das bacias hidrográficas e da zona costeira. Com a palavra, a Sra. Andréa Carestiatto (Inst. Ipanema)

fez um breve histórico sobre os trabalhos realizados pelo GT, que culminou com a realização de uma oficina de dois dias de duração, com aproximadamente 20 participantes de várias instituições ligadas ao tema, cujos produtos foram encaminhados a todos (**Anexo VIII**), e que na abertura contou com a presença do Secretário Executivo do CNRH, Sr. João Bosco Senra. Lembrou que a coordenação do GT esteve sob responsabilidade da Sra. Rosa Mancini (CBH Litoral Norte), que tem experiência na gestão de recursos hídricos em áreas costeiras. Durante a oficina, apontou, teria sido identificado que uma Câmara Técnica criaria condições mais eficientes para viabilizar a pretendida integração, destacando-se ainda que as duas legislações específicas (Lei nº 9.433, de 1977, e o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC II) abordariam a questão da integração. Prosseguiu destacando problemas característicos da zona costeira envolvendo recursos hídricos e também o caráter interinstitucional da gestão de recursos hídricos em áreas costeiras, que apontariam para um produtivo debate no âmbito de uma CT. Disse que, como as duas legislações teriam seus instrumentos específicos, ocupou-se em debater na oficina a existência de possibilidades de sua integração. Destacou os seguintes objetivos comuns a serem perseguidos no âmbito de uma CT: estudar e propor estratégias de integração dos instrumentos técnicos das políticas; divulgar e debater com todos os órgãos envolvidos direta e indiretamente com a questão no nível do Estado e regional/local; apoiar/promover a implantação de ações integradas, considerando as características regionais. Em seguida, apresentou as competências propostas pelo GT para a CT: I - analisar e propor mecanismos de integração das políticas de gestão de recursos hídricos e de gerenciamento costeiro, nas três esferas de governo, considerando também as demais políticas públicas incidentes; II - propor mecanismos de integração dos instrumentos das políticas e a construção de indicadores comuns para o gerenciamento de recursos hídricos na zona costeira; III - analisar e propor ações conjuntas visando a minimização ou solução de conflitos; IV - identificar fontes de recursos financeiros para desenvolvimento das ações consideradas prioritárias; V - propor mecanismos de intercâmbio técnico, legal e institucional entre as instâncias responsáveis pelas políticas, considerando as experiências de integração existentes. Informou sobre os relatos de experiências de integração feitos na oficina por representantes convidados dos Estados. Dito isso, apresentou uma minuta de proposta de resolução elaborada na oficina, para análise na CTIL no caso de decisão favorável ao encaminhamento da proposta de criação da CT à plenária do CNRH. Finalizou agradecendo o apoio prestado pela Secretaria Executiva do CNRH na consecução dos trabalhos do GT e na realização da oficina. Foi então aberto o debate. O Sr. Ademar Veiga (ANA) lembrou que a integração pretendida estaria explicitada na Lei nº 9.433, de 1997, como uma das diretrizes gerais de ação para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos (art. 3º, inc. VI). Noticiou sobre debate ocorrido na ANA sobre a questão, quando se verificou a complexidade do tema e o seu merecimento de uma atenção especial. Informou sobre a existência de um GT criado entre a ANA e o IBAMA com a missão de identificar mecanismos de integração. Concluiu favoravelmente pela criação da CT, em obediência às diretrizes da Lei nº 9.433, de 1997. O Sr. Wilson de Azevedo (ONGs) solicitou registro da sua posição favorável, fundamentada na complexidade da região e nos inúmeros interesses envolvidos. O Sr. Jessé Costa (CERH-SE) também se pronunciou favorável à criação da CT. Disse que a Lei nº 7.666, de 1998, não trazia definição sobre o ente executivo da gestão costeira, atribuindo apenas competências e que, com isso, uma CT poderia auxiliar no preenchimento dessa lacuna, debatendo diretrizes e propondo estratégias para a questão da integração. A Sra. Cristina Yuan (Indústria) informou que durante os debates realizados no âmbito da CTCOB teria sido sugerido que essa questão fosse debatida em grupos temáticos dentro da CTPNRH. Opinou que a articulação com a zona costeira não esgotaria as necessárias à gestão de recursos hídricos, como a do uso do solo, e, também, que a interinstitucionalidade inerente ao tema remetia a um comprometimento das instituições envolvidas, sob pena de tornar inócuas suas deliberações propostas. O Sr. Carlos Eduardo Alencastre (Comitês) argumentou que a CT não deveria extrapolar suas competências, mas se ater às questões sobre recursos hídricos. Destacou que a gestão de recursos hídricos em zona costeira necessitaria de um enfoque específico dentro da política de recursos hídricos. A Sra. Cristina Yuan (Indústria) solicitou uma análise sobre as possibilidades deliberativas das propostas da CT. O Sr. Ademar Veiga (ANA) destacou a existência de um espaço a ser ocupado pela CT. Como forma de trabalho, propôs consultas aos órgãos específicos relativas às sobreposições de competências, na busca da formação de processos de integração. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) opinou que o andamento dos trabalhos da CT apontaria para as formas de integração, assim como para a configuração das deliberações propostas. A Sra. Andréa Carestiatto (Inst. Ipanema) disse que as

colocações apresentadas nesta reunião teriam sido, de alguma forma, abordadas na oficina. Observou que a idéia de compatibilização poderia pressupor em interferências, o que não deveria ocorrer, e também, que a gestão de recursos hídricos em bacias costeiras seria inovadora, carecendo de um enfoque específico e, acima de tudo, de um enfrentamento. O Sr. Byron Costa (Min. Justiça) falou da existência de uma realidade particular para o gerenciamento de recursos hídricos em áreas costeiras. Entretanto, propôs que o debate sobre a criação da CT fosse mais estendido e ampliado. A Sra. Andréa Carestiato (Inst. Ipanema) relatou que na oficina havia sido verificada, com a presença das várias instituições envolvidas, a carência de um fórum para o debate da integração das duas gestões, o que ocorreria nos trabalhos da CT. O Sr. Ademar Veiga (ANA) disse que, para a ANA, como órgão gestor de recursos hídricos, a preocupação no âmbito do CNRH da integração com o gerenciamento costeiro, assim como com a gestão do uso do solo, seria positiva. Finalizados os debates, houve então um consenso sobre o encaminhamento favorável da proposta de resolução. A Sra. Cristina Yuan (Indústria) propôs a elaboração de um texto mais detalhado de encaminhamento da proposta de resolução aos Conselheiros, do que o habitualmente utilizado. Sugeriu que fosse ressaltada a necessidade de integração da gestão de recursos hídricos também com a ambiental, de uso do solo, dentre outras. A Sra. Sonáli Oliveira (Concessionárias de energia hidrelétrica) destacou que a Lei nº 9.433, de 1997, em seu art. 4º, estabelecia que a União deveria articular-se com os Estados tendo em vista o gerenciamento dos recursos hídricos de interesse comum. Com isso, questionou se o CNRH não estaria transcendendo suas competências. O Sr. Valter Otaviano Jr. (CONJUR/MMA), classificando sua dúvida de extemporânea, questionou se não bastaria apenas a elaboração de uma proposta de resolução para contemplar a integração da gestão das bacias hidrográficas e zona costeira. A Sra. Andréa Carestiato (Inst. Ipanema) argumentou que uma proposta de resolução não esgotaria o tema, que carecia de maiores estudos e debates que apontariam inclusive a sua magnitude. Foi solicitado à Sra. Andréa Carestiato (Inst. Ipanema) que encaminhasse ao GT a incumbência de elaboração de uma proposta inicial de encaminhamento da resolução aos conselheiros, para debate ampliado na próxima reunião da CTIL. Partiu-se então para discussão do texto da proposta de resolução, artigo por artigo, com base na minuta apresentada pelo GT, que ficou conforme **Anexo IX**. Com isso, foi solicitado à Secretaria Executiva o encaminhamento da proposta de instituição da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zonas Costeiras, com o parecer favorável da CTIL, para deliberação superior da Plenária do CNRH. Foi proposto então que, com a discussão do item 7 agendada para a manhã do dia seguinte de reunião, fossem suspensos os debates sobre o item 6 de pauta, que seriam agendados para a próxima reunião. Nesse momento, às 18h35, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) encerrou os trabalhos do primeiro dia da 66ª reunião da CTIL.

DATA: 15/09/2004

Início: 9h40

Término: 12h55

Às nove horas e quarenta minutos do dia quinze de setembro de 2004, foi dado início ao segundo dia da 66ª reunião da CTIL. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) indicou o recebimento de correspondência (**Anexo X**), assinada conjuntamente pelos Presidentes da CT de Águas Subterrâneas - CTAS e da CT de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - CTPOAR. Disse que o documento solicitava que a CTIL se detivesse em analisar aspectos sobre a questão da integração da gestão de recursos hídricos e de águas minerais, em debate conjunto nas duas CTs. Como encaminhamento, solicitou que fosse feito convite ao Presidente da CTAS, ou representante, para apresentar uma iniciação sobre o assunto, que será tema de pauta da próxima reunião da CTIL. O Sr. Ademar Veiga (ANA) disse que, examinando-se a lei de recursos hídricos e a Constituição, entendia-se pela necessidade de outorga, mas apontou que deveria ser ainda verificada a legislação específica de águas minerais. O Sr. Wilson de Azevedo (ONGs) solicitou que fosse reforçada a necessidade da presença da Sra. Ana Sallet (DNPM/MME) e do Sr. Valter Otaviano Jr. (CONJUR/MMA) para os debates. O Sr. José Cupertino Tenório (ABINAM) informou que o Código de Mineração definia a água mineral como um bem mineral sendo, portanto, a concessão de lavra de caráter perpétuo, justificado inclusive pelos investimentos realizados pelo empreendedor. Nesse momento, conforme solicitado pelo Sr. Jessé Costa (CERH-SE) no dia anterior, foram abertos os debates sobre os PLs apensados ao PL nº 1.616, com base no documento encaminhado na reunião anterior. Foram então apontados os PLs considerados passíveis de desapensamento (**Anexo XI**), que serão objeto de análise mais detalhada como item de pauta da próxima reunião. Para a ocasião, foi solicitada a distribuição dos seus textos integrais. Passou-se então ao item 7 de pauta: análise, nos

aspectos pertinentes, da proposta de resolução sobre critérios gerais para a cobrança pelo uso de recursos hídricos, encaminhada pela CT de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos - CTCOB. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) convidou o Sr. Décio Michellis Jr., Presidente da CTCOB, para encaminhar a matéria. Em sua apresentação (**Anexo XII**), o Sr. Décio Michellis Jr. disse que o instrumento da cobrança já seria utilizado, mas que a resolução pretendia esclarecer alguns pontos importantes e também promover o seu fortalecimento. Explicou cada artigo da proposta encaminhada, os objetivos pretendidos e as respectivas justificativas. Abertos os debates, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) destacou a importância desta resolução como a última, no âmbito do CNRH, para regulamentação dos instrumentos da Política, visando o pleno funcionamento da gestão de recursos hídricos. Foi questionada a presença do Capítulo V da proposta de resolução, abordando a aplicação dos recursos da cobrança, uma vez que a competência do CNRH seria o estabelecimento de critérios. Após debates, foi sugerida, com a concordância do Presidente da CTCOB e demais membros presentes, a retirada do referido Cap. V. Ainda durante os debates, o Sr. Jackson Reis (lazer e turismo) fez ressalva que a lei viesse a beneficiar alguns segmentos, como o caso do turismo, com a isenção da cobrança pelo uso da água. Na mesma linha, o Sr. José Cupertino Tenório (ABINAM) solicitou registro da mesma ressalva com relação à indústria da água mineral. A análise da proposta de resolução foi interrompida após o art. 4º e deverá continuar na próxima reunião, com base no documento gerado (**Anexo XIII**). Com isso, às 12h55 o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) encerrou os trabalhos desta 66ª reunião da CTIL agradecendo a presença e o empenho de todos.

RESUMO DA REUNIÃO:

- aprovada a ata da 65ª reunião da CTIL;
- foi solicitado ao Sr. Carlos Eduardo Alencastre (Comitês) e à Sra. Anna Virgínia Machado (Organizações técnicas e de ensino e pesquisa) que apontassem, para debate na 67ª reunião, os artigos do APL que institui as diretrizes para os serviços públicos de saneamento básico e a Política Nacional de Saneamento Ambiental que desconsiderassem ou modificassem aspectos da Política Nacional de Recursos Hídricos; como continuidade, para a 68ª reunião, deverá ser convidado o Sr. Marcos Montenegro (Min. Cidades) para uma apresentação e debates sobre o APL;
- foi criado GT com a missão de sugerir os pontos da Lei nº 10.881, de 2004, passíveis de regulamentação no âmbito do CNRH, observadas suas competências;
- foi definido que a continuidade da análise da proposta de resolução sobre reuso não potável de água será pautada para a próxima reunião, com convite para os integrantes do GT da CTCT, para debate artigo por artigo, quando então temas específicos poderão ser encaminhados para outras CTs; foi solicitado que a CTCT elaborasse a ementa da proposta de resolução, como forma de esclarecimento dos objetivos da resolução;
- foi solicitado à Secretaria Executiva o encaminhamento da proposta de instituição da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zonas Costeiras, com o parecer favorável da CTIL, para deliberação superior da Plenária do CNRH;
- foram adiados os debates sobre o item 6 de pauta, que serão agendados para a próxima reunião;
- foi solicitada a presença do Presidente da CTAS, ou representante, para apresentar uma iniciação para o debate sobre a questão da integração da gestão de recursos hídricos e águas minerais, que será tema de pauta da próxima reunião da CTIL;
- foram apontados os PLs considerados passíveis de desapensamento ao PL nº 1.616, que serão objeto de análise mais detalhada como item de pauta da próxima reunião;
- a análise da proposta de resolução sobre cobrança pelo uso de recursos hídricos foi interrompida após o art. 4º e deverá continuar na próxima reunião, com base no documento gerado.

Ata aprovada na 67ª reunião da CTIL, realizada nos dias 19 e 20 de outubro de 2004.

JULIO THADEU SILVA KETTELHUT
Presidente

LUIZ CLÁUDIO DE CASTRO FIGUEIREDO
Relator